



PROVA - DIREITO - Edital 001/2024

Data: 23/06/2024, de 13 às 13:59:59 horas.

* Obrigatória

1. NOME COMPLETO

*

Insira sua resposta

2. CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) - SEM PONTO E SEM HÍFEN

*

Insira sua resposta

3. De acordo com a lei n. 6.830/80, a Execução Fiscal poderá ser promovida contra:

I - o fiador;

II - o espólio;

III - a massa;

IV - o inventariante.

Assinale a alternativa **incorreta**:

(1 Ponto) *

- I e II.
- I e III.
- II e IV.
- IV, somente.

4. No que tange ao Sistema Tributário Nacional, compete à União instituir impostos: (1 Ponto) *

- Sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- Sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- Sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- Sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

5. No Direito Administrativo, quanto ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**. (1 Ponto) *

- Uma das características principais do controle da Administração Pública no Brasil é a sua codificação, o que conduz a maior integração entre sistemas e normas.
- O controle da Administração Pública decorre da formação do Estado democrático de direito e visa restringir excessos daqueles que operam a máquina estatal.
- O controle da atividade pública ocorre por provocação, carecendo da iniciativa do particular para retirá-lo da inação ou de parlamentar no exercício da função fiscalizatória.

- O princípio da prestação de contas, que cinge o controle estatal, abrange os gestores públicos e os órgãos da Administração Pública, não cabendo ao particular que atua junto à Administração.

6. A respeito do erro, analise as assertivas abaixo.

I. No erro de tipo, o agente não sabe exatamente o que faz, ao passo que no erro de proibição o agente sabe exatamente o que faz, mas desconhece o caráter ilícito de sua conduta;

II. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável poderá diminuí-la de um sexto a um terço;

III. O erro na execução com unidade complexa ou resultado duplo ocorre quando o agente, além de atingir pessoa diversa da pretendida, atinge também a vítima alvo, produzindo dois resultados com uma única conduta;

IV. No delito putativo por erro de tipo ou delito de alucinação o indivíduo pratica uma conduta típica sem que saiba que está violando a norma penal.

Assinale a alternativa **correta**:

(1 Ponto) *

- As assertivas I, II, III estão corretas.
- As assertivas II, III e IV estão corretas.
- As assertivas III e IV estão erradas.
- As assertivas II e III estão erradas.

7. No que concerne ao Direito Administrativo, os atributos do poder de polícia, a (1 Ponto) *

- Delegabilidade consiste na possibilidade de delegar o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, desde que mediante prévia autorização legal.

- Executoriedade está presente em todas as medidas de polícia, mas não a exigibilidade.
- Exigibilidade envolve meios indiretos de coação como, por exemplo, a aplicação de multas.
- Discricionariedade está presente em todas as medidas de polícia como, por exemplo, na licença e na autorização.

8. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta** a respeito do impedimento do juiz: (1 Ponto) *

- Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.
- Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.

9. O auxílio-acidente é um benefício previdenciário pago ao segurado que sofreu um acidente de qualquer natureza (não precisa ser acidente do trabalho), ficou com sequelas e, por conta disso, continua laborando, mas com a capacidade de trabalho reduzida para a atividade que habitualmente exercia.

A respeito do benefício supramencionado, analise as seguintes alternativas:

I. Somente o empregado (urbano, rural), o doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial farão jus ao recebimento do auxílio-acidente;

II. Os contribuintes individuais e o segurado facultativo fazem jus ao recebimento do benefício de auxílio-acidente;

III. O auxílio-acidente não está sujeito ao cumprimento de carência;

IV. O termo inicial do auxílio-acidente deve recair no dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária) que lhe deu origem.

Estão **corretas** as seguintes alternativas: (1 Ponto) *

As alternativas II, III e IV.

As alternativas I e IV.

As alternativas II e III.

As alternativas I, III e IV.

10. Considere, abaixo, a norma disposta no art. 7º, inciso I, alínea a, bem como a prevista no art. 7º, inciso II, alínea c, ambas do Código Penal.

“Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro (...), os crimes (...) praticados contra a vida ou a liberdade do Presidente da República”. (Norma X)

“Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro (...), os crimes (...) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados”. (Norma Y)

As normas X e Y definem, respectivamente, os princípios (1 Ponto) *

Real e da Representação.

da Personalidade Passiva e da Bandeira.

Real e da Justiça Universal.

da Representação e da Justiça Universal.

11. No Direito Penal, com relação ao crime doloso e ao crime culposos, avalie se as

afirmativas a seguir.

I A imprudência caracteriza o agir culposo, mas a imperícia implica o agir doloso;

II O agente que deu causa ao resultado por negligência, responderá por culpa, ainda que não haja previsão de crime culposo;

III A lei brasileira considera crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Assinale a alternativa **correta**:

(1 Ponto) *

- Todas as alternativas.
- As alternativas I, II.
- Apenas as II, III.
- Apenas a III.

12. Acerca das previsões contidas na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, também denominada de Reforma da Previdência, assinale a alternativa **incorreta**:

(1 Ponto) *

- No Regime Geral de Previdência Social é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca, inclusive nas hipóteses descritas na legislação vigente até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19 para fins de concessão de aposentadoria.
- Será assegurada a contagem de tempo de contribuição fictício no Regime Geral de Previdência Social decorrente de hipóteses descritas na legislação vigente até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19 para fins de concessão de aposentadoria.

- Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.
- Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

13. Acerca do Direito de Processo Penal no que tange ao acordo de não persecução penal (ANPP), é **correto** afirmar que: (1 Ponto) *

- Poderá ser proposto pelo juiz.
- Poderá ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
- Imprescindível a confissão do investigado.
- Independe do cumprimento de condições.

14. No que se refere ao Direito Penal, analise o contexto abaixo.

Felipe e Fernanda praticaram crime de furto em concurso de pessoas, tendo o delito chegado ao conhecimento das autoridades. Após o oferecimento da denúncia pelo *Parquet*, Felipe, sem o conhecimento de Fernanda, restituiu o objeto furtado. O magistrado da comarca local ainda não analisou a denúncia. Diante da situação hipotética acima mencionada: (1 Ponto) *

- Felipe e Fernanda não terão qualquer benefício, pois a restituição se deu após a denúncia.
- Somente Felipe fará jus à causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior.
- Felipe e Fernanda fazem jus à causa de diminuição relativa ao arrependimento posterior.
- Felipe e Fernanda fazem jus ao benefício de redução da pena relativa à desistência eficaz.

15. João é casado com Francisca, com quem tem dois filhos. Ocorre que João passou a também viver com Regina, tendo-a como sua companheira de modo público, contínuo e duradouro. Vale ressaltar que uma não sabe da existência da outra. Essa situação perdurou por 5 anos, até que João faleceu. Ambas buscaram pensão por morte do INSS alegando que eram dependentes de João. Francisca, como cônjuge, e Regina, como companheira de união estável.

Acerca da situação acima descrita, assinale a alternativa **correta** de acordo com o entendimento jurisprudencial prevalente: (1 Ponto) *

- Ambas as requerentes possuem direito ao recebimento do benefício de pensão por morte, Francisca, como cônjuge, e Regina, como companheira em razão da união estável.
- Como João já era casado, a segunda relação firmada não pode ser reconhecida juridicamente como união estável, sendo denominada de "concubinato", impedindo-se o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários.
- Mesmo que João estivesse separado de fato de Francisca, a sua relação com Regina não poderia ser considerada como união estável para fins previdenciários.
- Acaso Francisca já fosse beneficiária de pensão por morte tendo como instituidor João e Regina ajuizasse ação judicial requerendo a concessão do benefício de pensão por morte tendo como instituidor também João, não seria possível Regina requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes.

16. No que se refere ao Direito de Processo Penal, acerca da Ação Penal Pública, assinale a afirmativa **correta**. (1 Ponto) *

- A ação penal pública será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido.
- A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

- No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extingue-se automaticamente o direito de representação.
- Não há hipótese legal de admissão do ajuizamento de ação penal privada nos crimes submetidos à ação penal pública.

17. Os controles sobre atos da Administração Pública podem ser realizados
(1 Ponto) *

- Somente pelo Poder Legislativo.
- Somente pelo Poder Judiciário e Poder Legislativo.
- Pelo Poder Judiciário, Poder Legislativo ou pelo próprio Poder Executivo.
- Somente pelo Tribunal de Contas.

18. Acerca das regras de competência territorial aplicáveis à Justiça Federal e do entendimento jurisprudencial do STF, o autor, se quiser ajuizar demanda contra a União, terá as seguintes opções, podendo propor a ação: (1 Ponto) *

- Somente no foro do domicílio do autor.
- Apenas no foro do domicílio do autor; e no lugar em que ocorreu o ato ou fato que deu origem à demanda.
- Somente no foro do domicílio do autor; no lugar em que ocorreu o ato ou fato que deu origem à demanda; e no lugar em que estiver situada a coisa.
- No foro do domicílio do autor; no lugar em que ocorreu o ato ou fato que deu origem à demanda; no lugar em que estiver situada a coisa; no Distrito Federal; e na capital do Estado-membro.

19. Analise as seguintes alternativas a respeito da condição de dependentes do segurado do Regime Geral de Previdência Social.

I. O filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave ou média é considerado dependente para fins previdenciários;

II. O menor sob guarda tem direito à concessão do benefício de pensão por morte do seu mantenedor, comprovada sua dependência econômica;

III. O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave é considerado dependente para fins previdenciários;

IV. O filho maior de 21 (vinte e um) anos que esteja cursando o ensino superior tem direito à pensão por morte até os 24 (vinte e quatro) anos de idade.

Assinale os itens **corretos**: (1 Ponto) *

- Apenas I e III.
- Apenas II e IV.
- Apenas II e III.
- Apenas III e IV.

20. Analise a situação abaixo com base na prescrição e decadência do Direito Civil:

Joana, de 16 anos completos, foi atropelada por Oliveira em via pública sinalizada no ano de 2024. Em eventual ação de reparação civil extracontratual a ser ajuizada pela adolescente em face de Oliveira, o prazo prescricional será de: (1 Ponto) *

- 3 anos, contados da data em que Joana atingir a maioridade civil.
- 5 anos, contados da data em que Joana atingir a maioridade civil.
- 5 anos, contados da ciência do fato pelos representantes legais de Joana.
- 3 anos, contados da violação do direito.

21. A respeito das excludentes de ilicitude, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, cujo sacrifício nas circunstâncias, não era razoável exigir-se;

II. De acordo com o Código Penal, não pode alegar estado de necessidade quem detém o dever legal de enfrentar o perigo;

III. Não se admite a legítima defesa putativa contra a legítima defesa putativa, porquanto em ambos os casos, por erro, os agentes acreditam estar em situação de agressão, que, de fato só existe na mente deles, de forma que ambos atuam ilicitamente;

IV. É possível a aplicação do instituto da legítima defesa quando a vítima for pessoa jurídica. (1 Ponto) *

- As assertivas I, III e IV estão corretas
- As assertivas I e IV estão corretas.
- As assertivas I, II e IV estão corretas.

As assertivas II e III estão corretas.

22. O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado que for preso, desde que tenha baixa renda, não receba remuneração da empresa durante a prisão, nem esteja em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

A respeito do benefício de auxílio-reclusão, analise as alternativas abaixo:

I. Para receber o auxílio-reclusão, os dependentes do segurado precisam ter baixa renda;

II. Atualmente, o benefício de auxílio-reclusão somente será pago aos dependentes do segurado que estiver recluso em regime fechado;

III. Atualmente, os dependentes de segurado preso em regime fechado ou semiaberto fazem jus ao auxílio-reclusão, ainda que o condenado passe a cumprir a pena em prisão domiciliar;

IV. A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

Assinale as alternativas **corretas**:

(1 Ponto) *

Somente I e III.

Somente II e IV.

Somente I e II.

Somente I e IV.

23. No Direito Civil, são considerados elementos acidentais do negócio jurídico:

(1 Ponto) *

- O erro, o dolo e a coação;
- O encargo, a condição e o termo;
- O agente, o objeto e a forma;
- A incapacidade do agente e a invalidade da forma.

24. De acordo com as disposições contidas na Lei 8.213/91, a Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos, **exceto**: (1 Ponto) *

- Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.
- Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
- Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o valor nominal.
- Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

25. Execução fiscal é a ação judicial proposta pela Fazenda Pública (União, Estados, DF, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações) para cobrar do devedor créditos (tributários ou não tributários) inscritos em dívida ativa.

A forma típica (ordinária, comum, "normal") de defesa do executado na execução fiscal é por meio dos embargos à execução fiscal, estando disciplinado no art. 16 da Lei nº 6.830/80.

A respeito do assunto, assinale a alternativa **incorreta**: (1 Ponto) *

- A Lei nº 6.830/80 prevê, expressamente, que, na execução fiscal, para que o devedor possa se defender por meio de embargos, é indispensável a garantia da execução.

- Deve ser afastada a exigência da garantia do juízo para a oposição de embargos à execução fiscal, caso comprovado inequivocadamente que o devedor não possui patrimônio para garantia do crédito exequendo.
- O simples fato de o executado ser beneficiário da assistência judiciária gratuita faz com que ele fique dispensado de garantir o juízo no momento de apresentar embargos à execução.
- A insuficiência patrimonial do devedor é justificativa plausível para que se aprecie os embargos à execução sem que o executado faça o reforço da penhora, desde que comprovada inequivocamente.

26. No Direito Civil, quando se pretende atingir os bens de uma empresa, para o qual seu sócio com dívidas tenha transferido todo o seu patrimônio à pessoa jurídica.

Nesse caso, a hipótese é de desconsideração:

(1 Ponto) *

- Indireta, regida pela teoria maior, com expressa previsão no Código Civil.
- Indireta, regida pela teoria menor, sem expressa previsão no Código Civil.
- Inversa, regida pela teoria menor, sem expressa previsão no Código Civil.
- Inversa, regida pela teoria maior, com expressa previsão no Código Civil.

27. Com base nas afirmações de Tício e Mévio, marque a alternativa **correta**:

Os estagiários Tício e Mévio conversaram a respeito das autarquias profissionais.

Na oportunidade, Tício afirmou o seguinte: **1)** a despeito de sua natureza autárquica, seu pessoal deve seguir o regime celetista, o que dispensa a realização de concurso público; **2)** exercem o serviço de fiscalização de profissões regulamentadas, por delegação do poder público, dispensada a autorização legislativa.

Por sua vez, Mévio sustentou o seguinte: **1)** compete à Justiça Estadual processar e julgar as execuções fiscais por elas promovidas; **2)** possuem com os órgãos da administração pública vínculo funcional, mas não o hierárquico.

(1 Ponto) *

- Apenas as afirmações 1 de Tício e 2 de Mévio estão erradas.
- Tício errou as duas afirmações e Mévio acertou apenas a primeira.
- Todas as afirmações de Tício e Mévio estão erradas.
- Apenas as afirmações 2 de Tício e 2 Mévio estão corretas.

28. Foi ajuizada uma ação por Kokashi, japonês residente no Brasil; Juarez, mexicano não residente no país, mas que aqui se encontrava de férias; Ilson, brasileiro naturalizado; Marmoaria Santa Fé Ltda., pessoa de direito jurídico privado; e Clóvis, cachorro da raça pinscher. Na ação, todos os requerentes alegam ser titulares de direitos fundamentais que foram violados. Ao proferir a sentença, o juiz, acertadamente: (1 Ponto) *

- Considerou que somente Kokashi e Ilson eram titulares de direitos fundamentais.
- Considerou que somente Kokashi, Juarez, Ilson e a Marmoaria Santa Fé Ltda. eram titulares de direitos fundamentais.
- Considerou que todos eram titulares de direitos fundamentais.
- Considerou que apenas Kokashi, Juarez e Ilson eram titulares de direitos fundamentais.

29. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores e as afirmações de Tício e Mévio, marque a alternativa **correta**:

Os estagiários Tício e Mévio conversaram a respeito da competência no processo penal.

Na oportunidade, Tício afirmou o seguinte: **1)** a competência da Justiça

Estadual é sempre expressa e taxativa, ao passo que a competência da Justiça Federal é residual; **2)** a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura o crime contra a fé pública (moeda falsa), da competência da Justiça Federal.

Por sua vez, Mévio sustentou o seguinte: **1)** compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionado com o exercício da função; **2)** compete a Justiça Estadual apreciar o pedido de medida protetiva de urgência decorrente de crime de ameaça contra mulher cometido, por meio de rede social de grande alcance, quando iniciado no estrangeiro e o seu resultado ocorrer no Brasil. (1 Ponto) *

- Apenas as afirmações 1 de Tício e 2 de Mévio estão erradas.
- Tício errou as duas afirmações e Mévio acertou apenas a primeira.
- Todas as afirmações de Tício e Mévio estão erradas.
- Apenas as afirmações 2 de Tício e 2 Mévio estão corretas.

30. De acordo com o Código de Processo Civil, suspende-se o processo:
- I. pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
 - II. quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo;
 - III. quando o advogado responsável pelo processo constituir um dos patronos da causa e tornar-se pai;
 - IV. pela arguição de impedimento ou de suspeição.

Das alternativas acima estão **corretas**:

(1 Ponto) *

- Somente os itens I, II e IV.
- Somente os itens I e II.
- Somente os itens I e IV.
- Todos os itens.

31. A Execução Fiscal é regida pela Lei nº 6.830/80 (LEF) e, subsidiariamente, pelo CPC.

O procedimento da execução fiscal é especial e bem mais célere que o da execução “comum”.

Acerca do assunto, assinale a alternativa **incorreta**:

(1 Ponto) *

- É inconstitucional — por afrontar a exigência de lei complementar para tratar da matéria (art. 146, III, “b”, CF/88) — o art. 40 da LEF — lei ordinária nacional — quanto à prescrição intercorrente tributária e ao prazo de um ano de suspensão da execução fiscal.
- A prescrição intercorrente ocorre no curso do processo e em razão da conduta do autor que, ao não prosseguir com o andamento regular ao feito, se queda inerte, deixando de atuar para que a demanda caminhe em direção ao fim colimado.
- Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.
- O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

32. João concluiu um curso superior em uma faculdade à distância. Entretanto, teve o registro de seu diploma cancelado, pois o MEC (Ministério da Educação) constatou irregularidades na graduação do curso realizado por João. João ajuizou uma ação a fim de ter restabelecida a validade do registro de diploma do curso de nível superior e para receber indenização por danos morais em virtude dos transtornos que sofreu.

Acerca da competência para processamento da demanda supramencionada e do entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **correta**:

(1 Ponto) *

- Não há interesse jurídico da União a ensejar o deslocamento do feito para a Justiça Federal, uma vez que a autora não pleiteou a emissão do diploma, somente a reparação dos supostos danos morais e materiais sofridos em decorrência da conduta da parte ré.
- Segundo o STF, a Justiça Federal é competente para processar e julgar causas relacionadas a registro de diplomas de instituições de ensino superior privadas vinculadas ao Sistema Federal de Ensino, salvo se a pretensão autoral se referir a apenas pedido indenizatório.
- Segundo entendimento sumulado do STJ, compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- Compete à Justiça Federal processar e julgar feitos em que se discuta controvérsia relativa à expedição de diploma de conclusão de curso superior realizado em instituição privada de ensino que integre o Sistema Federal de Ensino, mesmo que a pretensão se limite ao pagamento de indenização.

É possível imprimir uma cópia da resposta depois de enviá-la

Nunca forneça sua senha. [Relatar abuso](#)



Este conteúdo foi criado pelo proprietário do formulário. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário. A Microsoft não é responsável pela privacidade ou práticas de segurança de seus clientes, incluindo aqueles do proprietário deste formulário. Nunca forneça sua senha.

Microsoft Forms | Pesquisas, questionários e votações com tecnologia de IA [Criar meu próprio formulário](#)

O proprietário deste formulário não forneceu uma política de privacidade sobre como usará seus dados de resposta. Não forneça informações pessoais ou confidenciais. | [Condições de uso](#)